

Procon quer mensalidade com salário

A substituição das Obrigações do Tesouro Nacional (OTN) pela Unidade de Referência de Preços (URP) como parâmetro de reajuste das mensalidades não resolve o problema da classe média que, na opinião da diretora do Grupo Executivo para a Defesa do Consumidor (Procon), Elisa Martins, "continua sendo extorquida". Ela defendeu a revogação do decreto de "liberdade vigiada", para os aumentos nos estabelecimentos de ensino particular, acrescentando que as escolas "não estão aumentando, estão assaltando".

Segundo a diretora, a classe média não aguenta mais pagar o ônus de tudo, por isso os aumentos das mensalidades deveriam ser compatíveis com os índices de reposição salarial. Elisa propõe também a devolução do dinheiro arrecadado durante 20 anos, através das benesses concedidas pelo Ministério da Educação com os impostos arrecadados da classe média.

Fundo

As escolas particulares, conta Elisa, cresceram muito com os empréstimos a fundo perdido do Fundo Nacional de Desenvolvimento Educação (FNDE), cujos recursos eram dos impostos. "Os incentivos para o ensino privado, em detrimento do público", continua a diretora, "são contra preceitos constitucionais. O Governo é obrigado a patrocinar o ensino público e gratuito para crianças entre sete e 14 anos", concluiu.

Elisa Martins disse que todas as reclamações que chegarem ao Procon serão encaminhadas ao Conselho de Educação do Distrito Federal. "A população deve continuar se manifestando para tentar sensibilizar os ministros da Educação, Hugo Napoleão, e da Fazenda, Maílson da Nóbrega, e revogar o decreto", disse.